

Pressão por aumento real

Os trabalhadores lutam por ganho real e por uma proteção aos salários

págs. 4 e 5

Congressos estaduais

Os debates têm sido importantes para definir os temas que serão levados à Nacional

págs. 8 e 9

Insatisfação nos portos

Sindicalistas negociam a possibilidade de greve nacional para garantir direitos

pág. 18

Centrais criticam alta da inflação por corroer salário

No 1º de MAIO, o movimento sindical avaliou que o governo tem sido vacilante no controle dos preços

PÁGS. 10 a 17



Tiago Santana

Fraude no FGTS leva trabalhador à Justiça

Ação tem o objetivo de recuperar perdas provocadas por manipulação

pág. 3



Jaécio Santana

Mulheres definem cota na direção da Central

Estas e outras propostas serão apresentadas nos Congressos de São Paulo e no Nacional da entidade

pág. 19

EXPEDIENTE



FUNDADOR: Luiz Antonio de Medeiros
PRESIDENTE: Paulo Pereira da Silva (Paulinho)
SECRETÁRIO-GERAL: João Carlos Gonçalves (Juruna)
TESOUREIRO: Luiz Carlos Motta

DIRETORIA EXECUTIVA:

Melquíades Araújo, Miguel Eduardo Torres, Antonio de S. Ramalho, Eunice Cabral, Almir Munhoz, João B. Inocentini, Paulo Ferrari, Levi Fernandes Pinto, Abraão Lincoln, Luiz Carlos Pedreira, Wilmar G. Santos, Terezinho Martins, Ivandro Moreira, Maria Augusta S. Marques, Sérgio Luis Leite (Serginho), Valcélia Trindade, Edson Geraldo Garcia, Francisco Sales, Miguel Padilha, Minervino Ferreira, Herbert Passos, Nilton S. Silva (Neco), Antonio Vitor, Mônica O. Lourenço Veloso, Geraldino S. Silva, Oscar Gonçalves, Carlos R. Malaquias, Antonio Farias, Luciano M. Lourenço, Nelson Silva de Souza, Ari Alano, Cicero Firmino (Martinha), Cidia Fabiane C. Santos, José Pereira, Arnaldo Gonçalves, Elvira Berwian Graebin, Paulo Zanetti, João Peres Fuentes, Cláudio Magrão, Maria Auxiliadora, Maria Susicléia, Jeferson Tiego, Francisca Lea, Gleides Sodrê Almazan, Vilma Pardiniho, Adalberto Galvão, Maria Rosângela Lopes, Ruth Coelho, Raimundo Nonato, Severino Augusto da Silva, José Lião, Lourival F. Melo, Mara Valéria Giangiulio, Neusa Barbosa, Evandro Vargas dos Santos, Reinaldo Rosa, Antonio Silvan, Defendente F. Thomazoni, Valdir Lucas Pereira, Carlos Lacerda, Antonio Johann, Ezequiel Nascimento, Elmo Silvério Lescio, Leodegário da Cruz Filho, Daniel Vicente, Manoel Xavier, Walzenir Oliveira Falcão, Valdir Pereira, Mauro Cava, Milton Batista (Cavalo), Núncio Mannala, Luis Carlos Silva Barbosa, Moacyr Firmino dos Santos

ASSESSORIA POLÍTICA:

Antonio Rogério Magri, Hugo Perez, João Guilherme Vargas, Marcos Perito

JORNAL DA

FORÇA SINDICAL

é uma publicação mensal da central de trabalhadores FORÇA SINDICAL

Rua Rocha Pombo, 94 – Liberdade – CEP 01525-010
Fone: (11) 3348-9000 – S. Paulo/SP – Brasil

DIRETOR RESPONSÁVEL: João C. Gonçalves (Juruna)

JORNALISTA RESPONSÁVEL: Antônio Diniz (MTB: 12967/SP)

EDITOR DE ARTE: Jonas de Lima

REDAÇÃO: Dalva Uehara e Val Gomes

REVISÃO: Edson Baptista Colete

ASSISTENTES: Fábio Casseb e Rodrigo Lico

FORÇA SINDICAL NOS ESTADOS (PRESIDENTES)

Albegemar Casimiro Costa (AL); Aldo Amaral de Araújo (PE); Alexandro Martins Costa (ES); Francisco de Assis Pinto (RO); Carlos Alves dos Santos, Carlinhos (DF); Carlos Augusto Melo de Oliveira (TO); Carlos Roberto de Carvalho Malaquias (MG); Cláudio R. Guimarães Silva, Janta (RS); Danilo Pereira da Silva (SP); Francisco Dal Prá (RJ); Francisco de Assis Torres (RN); Idelmara da Mota Lima (MS); Moisés Rivaldo Pereira (AP); Ivo Borges de Freitas (PA); José Porcino Sobrinho (PB); José Ribamar Frazão Oliveira (MA); Luiz Anute dos Santos (AC); José Nilton Pereira da Silva (RR); Manoel de Souza (MT); Nair Goulart (BA); Osvaldo Olavo Mafra (SC); Raimundo Nonato Gomes (CE); Rodrigo Alves Carvelo (GO); Sérgio Butka (PR); Vanderley Cardoso Bento (PI); Vicente de Lima Filizola (AM); Willian Roberto Cardoso Arditto (SE)

ESCRITÓRIO NACIONAL DA FORÇA SINDICAL EM BRASÍLIA:
SCS (Setor Comercial Sul) – Quadra 02 – Ed. Jamel Cecilio
3º andar – Sala 303 – ASA Sul – 70302-905
Fax: (61) 3037-4349 – Telefone: (61) 3202-0074

www.fsindical.org.br
www.twitter.com/centralsindical
www.facebook.com/fsindicalnacional
www.flickr.com/photos/forca

Governo desvia mais de R\$ 300 bilhões das contas do FGTS

Certa vez, Marx afirmou que a história se repete duas vezes: a primeira como tragédia, e a segunda como farsa. Em 2003, quando a Justiça reconheceu que o governo federal havia manipulado a correção do Fundo de Garantia nos planos Collor e Verão, e o obrigou a pagar a diferença aos trabalhadores, foi dito que caso semelhante jamais ocorreria no Brasil democrático.

Grande mentira. Descobrimos agora uma manipulação de dados sobre o rendimento do Fundo de Garantia muito maior, tanto em número de pessoas como em valores. Segundo os nossos cálculos, os trabalhadores tiveram um prejuízo de cerca de R\$ 313 bilhões, de 1999 até agora.

A manobra contábil do governo fez com que as contas do Fundo fossem corrigidas pela Taxa Referencial (TR), e não pelo índice de remuneração da caderneta de poupança. De acordo com o artigo 2º da Lei 8036/90, as contas do Fundo devem ser atualizadas com juros, que é de 3% ao ano, mais correção monetária mensal, no caso a TR.



Paulo Pereira da Silva (Paulinho)
Presidente da Força Sindical

Com a manipulação da TR, o prejuízo chegou a um valor obscuro. Em 2000, por exemplo, a inflação foi de 5,27%, e o governo aplicou 2,09% nas contas do FGTS; em 2009 a inflação foi de 4,11%, e as contas receberam só 0,7%. Desde setembro de 2012 a correção das contas tem sido de zero por cento.

Por isso, vamos ingressar com ação coletiva judicial para cobrar a diferença da correção monetária

que não vem sendo aplicada corretamente às contas do Fundo desde 1999. A ação vai valer para os filiados aos sindicatos ligados à Central.

Em assembleia realizada em frente à sede do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, mais de 15 mil trabalhadores aprovaram a iniciativa da Força Sindical e já começaram a assinar as procurações.

Além disso, vamos exigir que o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, dê explicações sobre a alteração feita há 14 anos, que diminuiu a correção do Fundo. Pela avaliação dos trabalhadores, foi um roubo coletivo. O maior assalto aos assalariados da história do Brasil.

ARTIGO

Saúde da MULHER

O Dia Internacional de Ação pela Saúde da Mulher, comemorado no dia 28 de maio, foi definido no IV Encontro Internacional Mulher e Saúde (1984, Holanda), durante o Tribunal Internacional de Denúncia e Violação dos Direitos Reprodutivos. Desde 1988, no Brasil, o 28 de maio também é Dia Nacional da Redução de Morte Materna.

A data é fruto da ação de mais de duas décadas de luta do movimento feminino pela saúde das mulheres. Ao ter um dia de ação mundial, tornou-se visível o fenômeno da mortalidade materna. A data deve-se ainda a problemas e doenças femininas, como o câncer de mama, gravidez na adolescência, aborto e acesso à qualidade nos serviços de saúde.

A boa notícia é que as pesquisas hoje revelam que as mulheres vivem mais do que os homens porque cuidam melhor da saúde, fazem mais consultas e exames. O movimento de mulheres, ao longo do tempo,

tem trabalhado arduamente para conseguir o respeito aos seus direitos de cidadania.

Esta tem sido a realidade da luta das mulheres também na área da saúde, buscando, além da ausência de doenças, o bem estar físico, mental e social, direito de todo ser humano. Assim, o 28 foi um dia de denúncias, propostas, cobranças e sensibilização.

Mulher: é muito importante que você cuide de sua saúde. Antes de ser mãe, empresária, esposa, dona-de-casa, empregada, você é uma mulher, e precisa de cuidados. Visite o médico regularmente, realize os exames clínicos preventivos anualmente. Isto é fundamental para a manutenção da sua saúde, da sua vida!



Helena Ribeiro da Silva
Presidente do Seaac de Americana e Região e Secretária-Geral da FEAAC

Central vai à Justiça para recuperar perdas



Em assembleia, mais de 15 mil trabalhadores aprovaram a iniciativa da Força Sindical

A Força Sindical vai entrar com ação judicial coletiva para cobrar a diferença da correção monetária sobre os depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), que não vem sendo aplicada corretamente às contas do Fundo desde 1999.

A ação vai valer para os filiados aos sindicatos ligados à Central. Em assembleia realizada em frente à sede do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, mais de

15 mil trabalhadores aprovaram a iniciativa da Força Sindical.

Por causa da manipulação da Taxa Referencial (TR), o presidente da Central e deputado federal (PDT-SP), Paulo Pereira da Silva, o Paulinho, calcula que a manipulação pode ter causado um prejuízo em torno de R\$ 313 bilhões.

Nos próximos dias, o presidente da Central vai pedir ao presidente do Banco Central (BC), Alexandre Tombini, que ex-

plique uma alteração feita há 14 anos, que diminuiu a correção do FGTS.

Segundo Paulinho, esta manobra contábil do governo fez com que as contas do FGTS fossem corrigidas pela TR, e não pelo índice de remuneração da caderneta de poupança. “Foi um roubo coletivo. O maior assalto da história do Brasil”, denunciou o presidente da Força Sindical.

Mudar o rendimento de aplicações para prejudicar o trabalhador brasileiro é recorrente na história do País. Casos semelhantes ocorreram nas décadas de 80 e 90, com os planos Collor e Verão, e a Justiça determinou, em 2003, o pagamento da diferença.

De acordo com o artigo 2º da Lei 8036/90, as contas devem ser atualizadas com juros, que é de 3% ao ano, mais correção monetária (TR) mensal.

Paulinho denunciou que a TR vem sendo manipulada e deu exemplos: “Em 2000 a inflação foi de 5,27%, e o governo aplicou 2,09% nas contas do FGTS; em 2005 a inflação foi de 5,05%, e aplicaram 2,83% nas contas; em 2009 a inflação foi de 4,11%, e as contas receberam só 0,7%. Desde setembro de 2012, a correção das contas tem sido de 0%. É o maior assalto da história do Brasil”, divulgou para a assembleia.

CONSTRUÇÃO

Elevar o valor social do trabalho

A baixa adesão dos empresários ao ‘Compromisso Nacional para o Aperfeiçoamento das Condições de Trabalho na Indústria da Construção’ estimulou entidades de trabalhadores a convocar um encontro nacional dos trabalhadores do setor para junho, em Luziânia (GO). O objetivo é definir formas de luta para pressionar os patrões a aderirem ao acordo e para estabelecer um contrato coletivo de trabalho para todo o País, agregando os segmentos da construção civil e da pesada.

Criado em março de 2012, depois de grandes movimentos grevistas, o ‘Compromis-

so Nacional’, de livre adesão, não atraiu os patrões, informou o diretor do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de São Paulo, Antônio de Sousa Ramalho Júnior. Até o momento, apenas 22 empresas e consórcios, que empregam quase 80 mil trabalhadores, aderiram ao acordo.

Pelo ‘Compromisso’, busca-se implementar organizações sindicais nos canteiros de obras e melhorar as condições de trabalho e de salário dos empregados, entre outras reivindicações. Na opinião do secretário-geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção (CNTIC), Adal-

berto Galvão, o Bebeto, o acordo nacional não progrediu porque os patrões não querem a organização sindical nos canteiros. “O governo tem sido claudicante no trato com os trabalhadores”, criticou Bebeto.

Para o presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Pesada (Fenatracop), Wilmar Gomes dos Santos, não estão descartadas greves para obrigar os empresários a implementar o acordo. “Podemos encaminhar esta proposta no encontro nacional”, disse, acrescentando que outra batalha deverá ser a implementação do contrato coletivo nacional da construção.

POR CAUSA DA INFLAÇÃO, trabalhador briga por reajuste

Em assembleia realizada no dia 25 de maio, na rua Galvão Bueno, Liberdade, cerca de 15 mil metalúrgicos de São Paulo aprovaram a proposta do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes de buscar, junto aos sindicatos patronais e empresas, a reposição salarial, por causa da aceleração do aumento da inflação.

Segundo o presidente da entidade, Miguel Torres, a pauta de reivindicações da campanha salarial de emergência vai ser entregue no início da semana à Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e aos sindicatos patronais. “Se os patrões se recusarem a negociar, vamos buscar a antecipação empresa por empresa, e fazer greve se for preciso”, afirmou.

Nos setores de doces e conservas, rações, usinas, suco, frigorífico, carnes e bebidas, as reivindicações são aumento real, PLR, licença-maternidade de 180 dias, reembolso-creche, emprego para jovens aprendizes e egressos do sistema prisional e cumprimento da lei de cotas. “Vamos ser firmes: sem aumento real, vamos à greve”, afirmou Melquíades de Araújo, pre-



Presidente do Sindicato de Marília, Wilson Manzon comandou a greve de seis dias na Dori Alimentos

sidente da Fetiasp.

Eliane Aparecida Correa, do Sindicato dos Servidores Municipais da Região da Foz do Rio Itajaí (SC), disse que um reajuste acima de 10% “já é uma vitória”. Professores municipais de Peritoró/MA fizeram greve pelo piso nacional de R\$ 1.255. “Hoje o salário é de R\$ 935”, afirmou José Ribamar, presidente da Força Maranhão.

Catalão

Os metalúrgicos querem 15% de reajuste e melhores condições de trabalho na John Deere, de Catalão/GO. Carlos

Albino, do Simecat, lidera o movimento. Em Sergipe, os trabalhadores da Construção Civil continuam parados por reajuste de 12% (a proposta inicial era de 15%), cesta básica de R\$ 150 e plano de saúde.

Cerca de 80% dos 25 mil trabalhadores estão parados em Sergipe, com ações concentradas em Aracaju, disse Raimundo Reis, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil do Estado.

Valcir Ascari, do Sindicato dos Metalúrgicos de Gravataí/RS, cita as conquistas na GM, depois de muita negociação e greve:

reajuste de 9,5%, piso de R\$ 1.200, abono de R\$ 3 mil, PPR de R\$ 9.650, jornada de 41 horas e, a partir de abril de 2014, de 40 horas. E quinquênio de 1% a cada cinco anos de emprego.

Luiz Pereira dos Santos, do Sindicato dos Metalúrgicos de Dourados/MS, informa a conquista de 8% de reajuste, piso dos auxiliares de R\$ 740 e dos profissionais de R\$ 940. Carlos Fidalgo, dos Metalúrgicos de Duque de Caxias/RJ, destaca na Ciferal-Marcopolo: reajuste de 9,5%, 11% nos pisos, 20% no cartão alimentação e material escolar no início do ano.

São Paulo

Trabalhadores da Construção Civil de São Paulo, liderados por Antonio Ramalho, conquistam reajuste de 8,99%, ticket-refeição de R\$ 18, cartão magnético (antiga cesta básica) de R\$ 200, aumentos nos pisos, avanços em seguro de vida e auxílio-funeral, café da manhã, lanche da tarde e refeição nas obras.

O Sintracomos conquistou reajustes na Companhia de Desen-

volvimento de São Vicente: o salário dos qualificados passou para R\$ 1.242 e o dos ajudantes foi para R\$ 954,40. Depois de 14 dias de greve, 10 mil operários das empreiteiras do polo industrial de Cubatão e região conquistaram reajuste de 10%, vale-alimentação de R\$ 17, PLR de um salário nominal mais 30% e o pagamento dos dias parados. O Sintracomos, presidido por Macaé Marcos Braz, garantiu para 400 paradeiros da Refinaria Presidente Bernardes, de Cubatão (Petrobras) reajuste de 10%, que no pico das obras beneficiará 2 mil trabalhadores.

Chapecó

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Material Plástico de Chapecó/SC, presidido por Wilson Silveira, conquistou reajuste de 8%, piso de até R\$ 900, cesta básica bimestral de R\$ 78, renovação do adicional noturno de 30%

e adicional de insalubridade sobre o piso. Com a Videplast, o acordo garante piso de R\$ 1.000 e cesta básica mensal. Na Can-guru, a jornada será de 41 horas semanais. Segundo o diretor Antonio dos Praze-

res, do Sindicato dos Hoteleiros de Campo Grande/MS, os trabalhadores em hotéis, bares e restaurantes conquistaram reajuste de 7,5%, seguro de vida de R\$ 7 mil (sem custo para a categoria) e outros avanços.



Em Sergipe, cerca de 80% dos 25 mil operários da construção civil estão parados por 12% de aumento salarial

Trabalhadores do álcool estão mobilizados

Depois da greve dos trabalhadores da Usina Vista Alegre, a empresa fez proposta de reajuste de 8,5% a ser avaliada em assembleia do Sindicato dos Químicos de Itapetininga/SP. O presidente da Fequimfar, Sérgio Luiz Leite, o Serginho, disse que os trabalhadores nas indústrias de fabricação do álcool/etanol estão mobilizados em todo o Estado de São Paulo, com paralisações de advertência contra os patrões que não fazem propostas dignas. “A categoria está unida por aumento real e PLR”.

Depois de 30 dias de greve, os professores municipais de Santa Filomena/MA tiveram seus salários reajustados em 6%, com o salário inicial ficando em R\$ 1.962,52 para os professores portadores de especialização para uma carga horária de 20 horas. Exemplo: um professor com 15 anos de serviço está recebendo R\$ 2.255,57. O presidente do Sindicato, Ivaldo Lopes Passos, disse que a categoria continua



Serginho: trabalhadores do álcool/etanol estão mobilizados

mobilizada por outras reivindicações. O Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações no Estado de São Paulo (Sintetel) conquistou, para os trabalhadores das prestadoras da telefonia, um reajuste salarial de 8%. Além do aumento real, a entidade também conquistou abono, 8% de aumento nos pisos e melhorias no vale-refeição e auxílio-creche, entre outros avanços.



Macaé Braz: depois de 14 dias de greve, conquistamos reajuste salarial de 10% para os trabalhadores do polo industrial de Cubatão

Apesar de taxa menor, País não pode se descuidar

Por causa da fraca recuperação mundial, o desemprego de jovens entre 15 e 24 anos ultrapassa a taxa de 50% em alguns países europeus, segundo relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) divulgado recentemente. Na contramão do mundo, a taxa no Brasil caiu à



Jefferson critica políticas imediatistas de combate ao desemprego juvenil

metade, registrando índice de 13,7% em 2012 entre pessoas da mesma faixa etária. Foi o menor patamar da série realizada pela OIT entre 2000 e o ano passado.

Segundo estimativa da organização, cerca de 73 milhões de jovens no mundo estão sem trabalho, o que equivale a uma taxa de 12,6% para a mesma faixa etária. A situação é desesperadora nos países desenvolvidos, atingidos pela crise financeira internacional, que começou em 2008. A taxa chegou a 54,3% na Espanha, 54,2% na Grécia e 38,7% em Portugal (*ver tabela*).

A pergunta imediata é: o Brasil corre algum risco de enfrentar uma tragédia semelhante? Ao contrário da situação econômica europeia, o Brasil vem apresentando taxas positivas de crescimento e de criação de empregos ao longo dos últimos 10 anos. Porém, o governo não pode se descuidar: precisa acelerar a evolução

da economia, investir na educação e apresentar um programa de incentivo à colocação do jovem no mercado de trabalho.

Para o secretário de Políticas para a Juventude, Jefferson Tiego da Silva, a redução do desemprego da juventude requer unidade do movimento sindical para obri-

gar o governo a adotar políticas públicas, que não sejam imediatistas, para incentivar o emprego. Ao mesmo tempo, o sindicalismo teria de criar estruturas para a educação profissionalizante e não-formal.

Geração perdida

“Seria importante, também, os sindicatos participarem ativamente nas escolas de ensino formal, colaborando no que for possível”, recomendou Jefferson, para quem os filhos dos atuais trabalhadores precisam chegar às universidades para depois ocuparem postos importantes na estrutura do Estado.

O que não se pode permitir, alertou a OIT, é países correrem o risco de o desemprego juvenil provocar o surgimento de uma geração perdida, constituída por recém-formados que, fora do mercado de trabalho, tornam-se descrentes sobre o futuro de sua carreira.

Taxa de desemprego de jovens entre 15 e 24 anos (e de 15 a 18 em condição de aprendiz)

Espanha	Grécia	Portugal	Itália	Irlanda	BRASIL
54,3%	54,2%	38,7%	34,4%	31,4%	13,7%

Fonte: Relatório Tendências Globais de Emprego para a Juventude. De 2012, da Organização Internacional do Trabalho (OIT)

NEGOCIAÇÃO

Dieese e sindicalistas querem melhorar campanha salarial

A negociação coletiva é um instrumento essencial da ação sindical na luta por aumento salarial, melhores condições de trabalho e mais emprego. Por isto, as centrais sindicais e o Dieese iniciaram a VIII Jornada Nacional de Debates em 10 Estados e no Distrito Federal.

As primeiras reuniões ocorreram dia 21 de maio, com dirigentes de sindicatos de trabalhadores de Porto Alegre e Manaus. O objetivo do evento é discutir propostas para melhorar as campanhas salariais. O debate instrui, qualifica e orienta os dirigentes para que possam negociar melhor com os patrões.

O resultado desta atividade tem sido positivo, já que as Centrais sindicais têm renovado o convite para que o Dieese dê continuidade ao trabalho, que começou há oito anos. Para comprovar que as campanhas salariais melhoraram, os sindicalistas citam o balanço das negociações salariais de 2012.

De acordo com levantamento do Dieese, em aproximadamente 95% das 704 unidades os trabalhadores obtiveram ganhos reais de salário, tomando como referência a inflação medida pelo INPC-IBGE. Apenas 4% das negociações conquistaram reajustes em percentual igual à inflação, e em apenas 1% o reajuste foi inferior. O aumento real médio observado nas negociações foi de 1,96% acima do INPC-IBGE.

O Dieese é uma entidade criada pelo movimento sindical brasileiro, em 1955, para desenvolver pesquisas capazes de fundamentar as reivindicações dos trabalhadores.

Cronograma de Debates

CIDADE	DATA
Natal (RN)	23/05
Salvador (BA)	23/05
Boa Vista (RR)	23/05
Lages (SC)	28/05
Brasília (DF)	28/05
Curitiba (PR)	29/05
Teresina (PI)	04/06
Vitória (ES)	04/06
Rio de Janeiro (RJ)	05/06

Conquistas em Curitiba e negociações em São Caetano

Após três dias de greve, os trabalhadores da Volvo conquistaram PLR de R\$ 30 mil (1ª parcela, de R\$ 19 mil, em maio), vale-mercado de R\$ 350 e aumento real de 3,5% para setembro. “Teremos indicadores com teto para o fechamento da PLR, com mínimo de 70% e máximo de 130%, tornando viável alcançar 100% das metas e evitar perdas no benefício”, diz Sérgio Butka, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba (SMC).

O acordo prevê negociações sobre o problema da terceirização, excesso de horas-extras e garantia de estabilidade aos dirigentes sindicais. O SMC conquistou também PLR de R\$ 16.500 na Aker Solutions, mais 3,5% de aumento real. Acordo prevê que cada trabalhador já tem garantido R\$ 15 mil do total conquistado. A 1ª parcela, de R\$ 10 mil, será paga já em junho.

Em 28 de maio, os trabalhadores da GM de São Caetano rejeitaram pela quinta vez consecutiva a proposta da PLR apresentada pela empresa no valor de R\$ 12,8 mil, para os 100% das metas, ou seja, 370 mil veículos, com a primeira parcela



Os metalúrgicos da Volvo tiveram de fazer greve de três dias para conquistar PLR de R\$ 30 mil

de R\$ 7,1 mil a ser paga em 5 de junho.

O pessoal aprovou a proposta do Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano, no valor de R\$ 13 mil, com primeira parcela de R\$ 7,2 mil. Se a GM não aceitar a

proposta, a categoria pode entrar em greve por tempo indeterminado. Segundo o presidente do Sindicato, Aparecido Inácio da Silva, o Cidão, “o problema ficou para a GM resolver”.

Câmara mantém limite de isenção

Mais uma vez, a Câmara dos Deputados tomou uma decisão contrária aos interesses dos trabalhadores. Dias atrás, decidiu manter em R\$ 6 mil o limite de isenção de Imposto de Renda na Participação nos Lucros ou Resultados (PLR), conforme proposto pelo governo por meio de medida provisória. O projeto seguirá para o Senado e precisa ser votado rapidamente para não perder a validade.

A votação teve como tema central uma tentativa da oposição em elevar a isenção. O objetivo era esticar a faixa

de isenção até R\$ 12 mil. O primeiro desaque, porém, que elevava para R\$ 9 mil, foi derrotado por 272 votos a 87. O segundo foi votado de forma simbólica.

Segundo o líder do governo, Arlindo Chiaglia (PT-SP), o debate sobre a elevação da faixa ficará para o futuro. “Renúncia fiscal tem de ter limites. Estamos privilegiando mais de 60% dos trabalhadores”, disse.

O deputado e presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, o Paulinho, lamentou a decisão. “Quando tem projeto beneficiando o trabalhador todo mundo encontra motivo para votar con-

tra. É lamentável que os parlamentares continuem fazendo só aquilo que o governo quer.” Paulinho observou que nos setores automobilístico e bancário as PLRs geralmente superaram o limite estabelecido.

Pelo texto aprovado, quem recebe entre R\$ 6 mil e R\$ 9 mil pagará 7,5% de IR. Quem ficar na faixa de R\$ 9 a R\$ 12 mil será tributado por uma alíquota de 15%. Entre R\$ 12 mil e R\$ 15 mil a alíquota será de 22,5%, e os valores acima de R\$ 15 mil serão tributados com a alíquota máxima do IR, de 27,5%.

Debates estaduais visam fortalecer Central

Dos 27 Congressos Estaduais da Força Sindical, 14 já foram realizados, com eleições para renovar a direção das entidades e para aprovar as resoluções que vão nortear a atividade política e sindical nos próximos quatro anos. Esses eventos antecedem o 7º Congresso Nacional da Central, que será realizado nos dias 24, 25 e 26 de julho na Praia Grande, no Estado de São Paulo.

Para Geraldino dos Santos Silva, secretário de Relações Sindicais da Força Sindical, o nome da Central em todo o País é muito forte. “Nossos dirigentes estão mais qualificados, conscientes da necessidade de soluções para inúmeras questões do mundo do trabalho e mais fortalecidos para o encontro nacional”.

Segundo ele, os temas mais discutidos foram: redução da jornada de trabalho, perdas salariais causadas pela alta da inflação e ações autoritárias do Ministério Público contra a organização sindical. Com relação às eleições das diretorias, Geraldino explicou que “são importantes exercícios democráticos que, com união e ética, fortalecem as instâncias estaduais da Central e incentivam a participação no 7º Congresso, que deverá reunir perto de 2.470 delegados”.



Eunice, Geraldino e Nonato no evento em que foi deliberado que a Força estadual vai lutar por melhorias nos sindicatos

A Força Sindical SP realizou três plenárias preparatórias para o Congresso Estadual, que acontecerá no dia 20 de junho em Americana. A última plenária foi realizada no dia 9 de maio, em Piracicaba. “Realizar plenárias não é uma obrigação estatutária, mas acreditamos ser um dever político e democrático da diretoria para que o máximo de sindicatos filiados participe do processo”, diz Danilo Pereira da Silva, presidente da Estadual.

Reeleito presidente, Carlos Augusto de Oliveira pediu o apoio de todos os segmentos para lutar em prol do fortalecimento da Central Sindical no Tocantins. “Temos que ter como mandamento a criação de uma cultura sindical mais ativa

aqui no Estado, e de se fazer compreendida pela sociedade a importância do movimento sindical”, declarou.

Uma das principais metas do recém-eleito presidente da Força-RO, Francisco de Assis Rodrigues, será dinamizar a entidade e triplicar o número de sindicatos filiados.

No Estado em que a Central mais cresceu, Willian Roberto Cardoso foi reeleito presidente para um mandato de quatro anos. Segundo ele, o objetivo é “acelerar o crescimento da Força Sindical em Sergipe”.

O presidente da Força Sindical-AC, Luiz Anute dos Santos, foi reeleito para um novo mandato no comando da instância estadual da Central. Ele destacou as categorias que enviaram delegados ao evento: comerciários, policiais civil, vigilantes, aposentados, construção civil e pesada, trabalhadores da saúde, servidores públicos do Judiciário, pescadores, taxistas e rurais, entre outras.

FORTALEZA

Em 26 de abril, foi realizado em Fortaleza o 4º Congresso da Força Sindical-CE, com a reeleição do presidente Raimundo Nonato Gomes. “Reafirmo minha proposta de trabalhar por melhorias nos sindicatos, qualificar dirigentes e fortalecer a Central em nosso Estado”, disse.

No Espírito Santo, Alexandro Martins Costa também foi reeleito para a Presidência da Força Sindical “Discutimos o fortalecimento da Central no Estado, a política internacional e as reformas da legislação trabalhista e da organização sindical”, destacou.

A Força Sindical-RR realizou o seu Congresso. Na ocasião, foram eleitos os diretores da entidade e 10 delegados para o Congresso da Central. Os principais temas debatidos foram a conjuntura política e econômica, além da formação sindical. José Nilton foi eleito presidente da entidade.

MANAUS

No dia 15 de maio, foi realizado o Congresso da Força Sindical-AM, tendo sido reeleito presidente o sindicalista Vicente Fillizola e definidos os 35 delegados para o Congresso Nacional da Central. Fillizola informou que um projeto de desenvolvimento democrático para o País deve incorporar as reivindicações trabalhistas e sindicais. Para Carlos Lacerda, secretário de Relações Parlamentares da Força-AM e secretário de Relações Institucionais da Central, o encontro estadual fez uma reflexão sobre a importância da Zona Franca na geração de emprego e a preservação da Floresta Amazônica.

No 4º Congresso da Força Sindical Bahia, Nair Goulart foi reeleita presidente da Central no Estado. Além de reeleger a líder sindical, cerca de 200 dirigentes sindicais também elegeram a nova diretoria da Força

Bahia para um mandato de quatro anos à frente da entidade. “Agradeço a confiança e sei que é preciso continuar nessa batalha para garantir e ampliar as conquistas, assim como implementar a Agenda do Trabalho Decente”, disse Nair.



Reeleita, Nair afirmou que vai lutar para garantir e ampliar direitos e introduzir a Agenda do Trabalho Decente



No Espírito Santo, Alexandro foi reeleito e prometeu fortalecer a Central no Estado



Uma das principais metas de Francisco de Assis Rodrigues será triplicar o número de filiados



Lacerda e Fillizola: um projeto democrático de desenvolvimento deve incorporar as reivindicações trabalhistas e sindicais



Carlos Oliveira promete lutar para fortalecer a Central no Tocantins

LUTA



A maioria das greves ocorreu no setor da indústria

Número de greves cresce no País, apura Dieese

Para exigir principalmente aumento salarial, os trabalhadores deflagraram 873 greves em 2012, 58% a mais do que o registrado em 2011. Os dados foram apurados pelo Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG), do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

O número de greves na esfera privada (461) superou o registrado pela esfera pública (409). Em termos proporcionais, o setor privado representou 53% do total, e o público 47%.

A maioria das greves (330) foi no setor da indústria. Na esfera pública, em empresas estatais, metade das greves ocorreu no setor de serviços (14). Já no funcionalismo público, os servidores municipais deflagraram a maioria das greves (227).

Além de paralisações por aumento de salários, os pedidos de introdução, manutenção ou melhoria de auxílio-alimentação aparecem em segundo lugar (27%) entre os motivos de greve. Depois, vem o cumprimento, implantação ou reformulação de Plano de Cargos e Salários (23%). As queixas contra o atraso no pagamento dos salários representaram 18% das reivindicações.

Paulo Sérgio



Paulinho lança campanha de reposição da inflação

Objetivo é debelar inflação e PRESERVAR SALÁRIOS

Nas comemorações do 1º DE MAIO UNIFICADO, as Centrais Sindicais afinaram as críticas contra a presidenta Dilma Rousseff mostrando grande descontentamento com a condução que o governo federal tem dado à economia do País, e o descaso com que a presidenta tem tratado as reivindicações do movimento sindical.

O recado foi direto e duro: os trabalhadores vão às ruas para garantir seus direitos e ampliar as conquistas. “Faremos grandes manifestações de massa e iremos à greve se necessário”, prometeu o presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, o Paulinho. A crítica do presidente da Central refere-se à leniência com que o governo tem atuado no combate à inflação.

Segundo Paulinho, o Brasil já convive com um descontrole dos preços, o que o levou a propor o acionamento do gatilho salarial para recompor os salários toda a vez que a inflação atingir 3%. “Podemos perder as conquistas sociais obtidas a partir de 2003, época do presidente Luiz Inácio Lula da Silva”.



Tiago Santana

“O governo está perdendo a batalha contra a inflação”, confirmou o presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de São Paulo, Antônio de Sousa Ramalho.

O presidente da CTB-Bahia, Adilson Araújo, observou que o Dia do Trabalhador coincidiu com os 70 anos da CLT. “É importante celebrarmos, mas também temos de lutar por políticas

fundamentais para o País, como exigir mudanças na política macroeconômica.

No seu discurso, o presidente da Nova Central Sindical, José Calixto Ramos, destacou a necessidade de intensificar a luta para acabar com o trabalho infantil e escravo, além de igualar os salários das trabalhadoras aos rendimentos dos homens.

“Queremos a redução da jornada de trabalho já e o fim do Fator Previdenciário”, apontou o presidente da UGT, Ricardo

Patah, ao lembrar que os empregados também defendem políticas que combatam as drogas e a violência em geral.

Na opinião do presidente da Contag, Alberto Ercílio Broch, o movimento sindical precisa avançar na reforma agrária e fortalecer a agricultura familiar, responsável por 70% dos alimentos servidos à população. “Os trabalhadores têm sentido na pele a alta dos preços dos alimentos. “A inflação está subindo; é uma praga

que corrói os salários”, complementou o secretário-geral da Central, João Carlos Gonçalves, o Juruna.

“A situação é tão preocupante que o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo reabriu a campanha salarial”, informou seu presidente, Miguel Torres. “O reajuste de 8% conquistado na campanha salarial do ano passado já foi corroído pela inflação”, disse.

O presidente da Fecomerciários, Luiz Carlos Motta, destacou que a situação da categoria tende a melhorar após a conquista da regulamentação da profissão comercial, que beneficia cerca de 12 milhões de trabalhadores no País.

BANGLADESH

Ao lembrar o terrível acidente num prédio que abrigava cinco confecções, em Bangladesh, e que matou mais de mil trabalhadores, a presidenta do Sindicato das Costureiras de São Paulo, Eunice Cabral, disse que “a segurança nos locais de trabalho também é um item importante da pauta de reivindicação do movimento sindical”.

João Batista Inocentini, presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados da Força Sindical, explicou que “os trabalhadores estão revoltados com a presidenta Dilma Rousseff”, que, na visão dele, tem tratado o movimento sindical com descaso.

Políticos divergem sobre a situação do País

Para o ministro do Trabalho, Manoel Dias, apesar de ter 70 anos, a CLT permanece sendo o marco regulatório das relações capital e trabalho, enquanto o prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, destacou as conquistas dos trabalhadores ao longo dos últimos 10 anos.

O senador Aécio Neves (PSDB-MG) afirmou que o Brasil avançou muito, por causa da luta dos trabalhadores e da estabilidade da moeda conquistada lá atrás, antes do governo do PT. Frisou, porém, que o País não pode se contentar com pouco (em relação aos avanços), e a sociedade precisa ficar atenta para evitar a volta da inflação.

Gilberto Carvalho, ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, disse que o governo está ao lado dos trabalhadores, o que conduziu a taxa de desemprego entre 5% e 6% e melhorou a vida de 40 milhões de brasileiros, que passaram para a classe média. E foi taxativo: “Não é verdade que a inflação vai subir”.



Haddad destacou as conquistas dos últimos 10 anos



Carvalho garante que o governo está ao lado dos trabalhadores



Eunice: “Prioridade à luta por segurança nos locais de trabalho”



Ramalho: “O País está perdendo a batalha contra a inflação”



Motta: “A vida vai melhorar com a regulamentação da profissão de comerciante”



Broch: “O trabalhador sente na pele a alta dos preços dos alimentos”



Mais de um milhão de pessoas passaram pela praça Campo de Bagatelle, na cidade de São Paulo



José Calixto, Paulinho da Força e Aécio Neves na luta com os trabalhadores



Miguel: “O aumento de 8% do ano passado já foi corroído pela inflação”



Juruna: “A inflação é uma praga que corrói os salários”



O trabalhadores assistiram aos shows, participaram dos sorteios de automóveis e do ato político

Priorizar a luta para não perder direitos

Em 36 cidades da região metropolitana de São Paulo e do Interior do Estado, o Dia do Trabalhador da Força Sindical-São Paulo priorizou a defesa da CLT, que completa 70 anos, o avanço nos direitos, a luta contra acidentes e doenças do trabalho e o descaso da sociedade para com a juventude.

Ao avaliar que mais de 500 mil pessoas compareceram às manifestações, o presidente da Central, Danilo Pereira da Silva, explicou que os sindicalistas precisam ter claro que o objetivo dos empresários, e de parte dos meios de comunicação, é acabar com a legislação trabalhista.

“Não podemos permitir que mexam nos nossos direitos, porque o que temos até hoje é uma proteção básica”, disse. Segundo ele, os trabalhadores vão avançar em busca da redução da jornada semanal de trabalho para 40 horas, pelo fim do Fator Previdenciário, por mais recursos para a educação e saúde e pela reforma agrária, entre outras bandeiras.

Sobre a violência no País, Danilo observou que as maiores vítimas são os jovens trabalhadores. “Eles, e a sociedade em geral, precisam cobrar do governo a introdução de políticas públicas para reduzir os índices de violência”, sugeriu. Nos 36 municípios foi lida uma carta explicando a importância de se prevenir os acidentes e doenças do trabalho, do diretor de Saúde da Força-SP, João Scaboli.

Além da Força Sindical-SP, das Regionais da Central de Marília, Campinas, São José do Rio Preto, Ribeirão Preto, Barretos e Registro, também organizaram as manifestações do 1º de Maio a Festiasp e os sindicatos de trabalhadores dos municípios.



Danilo alertou que o objetivo das elites é acabar com a CLT



Barretos



Mococa



Taubaté



Marília



Ribeirão Preto



Embu-Guaçu



Campinas



Pirassununga



Sorocaba



Cosmópolis



Embu-Guaçu



Guarulhos



Mirassol



Suzano



Tatuí



Suzano



Mairinque



Piracicaba



Sertãozinho



Barretos

As comemorações foram realizadas em:

Sertãozinho (alimentação); Mirassol (metalúrgicos); Embu-Guaçu; Suzano (metalúrgicos); Sorocaba (alimentação, comerciantes e químicos); Ipaçu (Sindicato dos Eletricistas do município); Mococa (metalúrgicos); Marília (Regional da Força Sindical); Campinas (Reg. da Força, alimentação e Prefeitura); Poá (alimentação); São José do Rio Preto (Regional da Força Sindical); Cosmópolis (químicos); Mairinque (metalúrgicos); Tupã (comerciantes); Guaiara (álcool); Taubaté (comerciantes); Itatiba (químicos); Piracicaba (comerciantes e metalúrgicos); Salto (químicos); Limeira (Sind. dos Comerciantes da cidade); Fernandópolis (comerciantes); Barretos (servidores públicos); Pirassununga (servidores públicos); Ribeirão Preto (Reg. da Força Sindical); Barretos (Reg. da Força e servidores); Itapira (Sindicato dos Brinquedos); Guarulhos (metalúrgicos, químicos e alimentação); Iguape (servidores públicos); Tatuí (metalúrgicos); Nova Granada (Sind. Rural); Registro (Reg. da Força); Guaratinguetá (alimentação); Matão (alimentação); Guarulhos (alimentação); Jaboticabal (alimentação); Boituva (alimentação).

Mudar a economia para valorizar emprego e renda

Nas comemorações do 1º de Maio no Brasil, os sindicalistas da Força Sindical insistiram que mudanças na política macroeconômica são fundamentais para o crescimento sustentável da economia, com geração de emprego e renda. Além disso, sugeriram a intensificação da luta por avanços e pela preservação dos direitos consagrados na CLT.

No Paraná, o Dia do Trabalhador da Central foi realizado em 19 cidades. Em Curitiba, mais de 100 mil pessoas comparece-

ram à manifestação. “Também queremos uma política permanente de valorização do salário mínimo regional”, afirmou o presidente da Força-PR, Sérgio Butka.

Por causa do aumento da inflação, o presidente da Força-RS, Cláudio Guimarães Silva, o Janta, defendeu a criação de um galtilho salarial. “Não podemos conviver mais com defasagem salarial”, lamentou ele.

“Precisamos lutar pela redução da jornada de trabalho, pelo fim do Fator Previdenciário e denunciar que recursos têm saído

da Previdência Social para facilitar a vida dos banqueiros e empresários”, denunciou Osvaldo Mafra, presidente da Central-SC.

“Além do lazer, é de extrema importância, nesta data histórica, refletirmos sobre as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores”, observou Nair Goulart, presidenta da Força Sindical-BA, nas comemorações na cidade de Ilhéus.

Já o presidente em exercício da Central em Minas Gerais, Carlos Malaquias, destacou que a data é um dia especial para os traba-



Ouro Branco - MG

Arquivo Força Sindical-MG



Belo Horizonte - MG

Arquivo Força Sindical-MG



Ilhéus - BA

Arquivo Força Sindical-BA



Curitiba - PR

Arquivo Força Sindical-PR



Belém - PA

Arquivo Força Sindical-PA



Filadélfia - TO

Arquivo Força Sindical-TO



Itajaí - SC

Arquivo Força Sindical-SC



Juiz de Fora - MG

Arquivo Força Sindical-MG



Porto Alegre - RS

Arquivo Força Sindical-RS



Cuiabá - MT

Arquivo Força Sindical-MT



Manaus - AM

Arquivo Força Sindical-AM



Itumbiara - GO

Arquivo Força Sindical-GO



Ipatinga - MG

Arquivo Força Sindical-MG



Recife - PE

Arquivo Força Sindical-PE

As instâncias estaduais da Força Sindical realizaram manifestações unitárias no DIA DO TRABALHADOR em 17 Estados do País (já incluído São Paulo)

Amazonas; Amapá; Bahia (Ilhéus); Espírito Santo (Vitória); Goiás (Itumbiara e Catalão); Maranhão (São Luís); Mato Grosso (Cuiabá); Minas Gerais (Belo Horizonte, Ipatinga e Uberlândia); Pará (Belém); Pernambuco (Recife); Paraná (Curitiba, Antonina, Assaí, Campo Largo, Guaraqueçaba, Londrina, Irati, Maringá, Morretes, Pontal do Paraná, Pato Branco, Rio Azul, Cascavel, Colombo, Foz do Iguaçu, Guarapuava, Lapa, Matinhos e Ponta Grossa); Rio de Janeiro (Rio das Ostras); Rio Grande do Norte (Natal); Rio Grande do Sul (Porto Alegre, Canoas, Guaíba, Alvorada, Gravataí); Santa Catarina (Itajaí); e Tocantins (Filadélfia).

Marco regulatório causa descontentamento

Depois de uma grande batalha no Congresso Nacional, foram aprovadas as novas regras para o funcionamento dos portos, que desagradaram as lideranças mais combativas dos portuários. Elas abrem a possibilidade da construção de portos totalmen-

te privados, que podem contratar mão de obra avulsa sem a intermediação do Órgão Gestor de Mão de Obra (Ogmo), e promovem uma concorrência desleal entre portos públicos e privados.

Há ainda um temor generalizado no movimento sindical de que a presidenta Dilma Rousseff possa prejudicar os estivadores, vetando artigos do novo marco regulatório. O prazo para a sanção presidencial, que vai converter o documento em lei, expira dia 5 de junho. Enquanto isso, os líderes trabalhistas estão em estado de alerta e não descartam novas paralisações.

Durante as negociações da

MP dos Portos na Câmara dos Deputados, o presidente da Força Sindical e deputado federal (PDT-SP) Paulo Pereira da Silva, o Paulinho, protagonizou um embate renhido em defesa dos interesses dos estivadores e de outras categorias portuárias. "Nossa luta visou obrigar os portos privados a contratar trabalhadores pelo Ogmo, mantendo as mesmas regras vigentes nos terminais públicos", afirmou ele.

Greve

Além das críticas à exclusão do Ogmo da intermediação da mão de obra nas empresas privadas, o presidente do Sindicato dos Estivadores de Santos e Região, Rodnei Oliveira da

Silva, também bateu na presidenta por suprimir direitos da MP dos Portos. Para ele, a aprovação do documento foi um desastre, muito prejudicial aos trabalhadores. "Por isso, a realização de uma greve não está descartada", garantiu.

Contrário também ao documento, o presidente da Federação Nacional dos Estivadores, Wilton Ferreira Barreto, disse que a categoria não tem o que comemorar porque os portos privados não vão utilizar o Ogmo, além do que o documento não regulamenta a aposentadoria especial e a categoria diferenciada. Uma reunião convocada pela FNE para os dias 6 e 7 de junho vai reunir todos os sindicatos do País para deliberar sobre os rumos do movimento. "Se a Dilma vetar artigos de nosso interesse, vai haver complicação nos portos", ameaçou.

Para melhorar a MP dos Portos, os trabalhadores deflagraram uma greve nacional, em março, ocuparam um navio chinês e, recentemente, promoveram paralisações nos portos de São Paulo, Rio de Janeiro e Paranaguá. Objetivo: exigir do governo e do Congresso mudanças na MP de acordo com o interesse dos trabalhadores.



Wilton: complicação nos portos no caso de veto na nova lei

Arquivo Força Sindical



Rodnei não descarta a possibilidade de uma nova greve nacional

Arquivo Força Sindical



Os portos privados vão ser privilegiados porque a tributação será maior nos terminais públicos

Cota será apresentada em congresso nacional



Auxiliadora diz que as mulheres querem aumentar sua participação na diretoria da Força, como determina o estatuto da entidade

As mulheres da Força Sindical vão aos Congressos estadual e nacional da Central exigir a cota mínima de 30% de representação nas diretorias, conforme determina o estatuto da entidade. "Não queremos simplesmente ocupar espaços que são dos homens, mas lutamos por uma reparação em decorrência da desconstrução histórica cultural de que somos vítimas, que

ainda nos trata como cidadãs de segunda classe", avaliou a secretária de Políticas da Mulher, Maria Auxiliadora dos Santos.

Na plenária realizada recentemente, 150 diretoras, de cerca de 70 sindicatos, aprovaram por unanimidade o pleito relativo à cota. Para a dirigente, a mulher vem conquistando espaço, porém falta muito para que sua participação seja compatível com a participa-

Bandeiras de luta ainda em processo de discussão

- Fim da violência contra as mulheres;
- Fim do Fator previdenciário, que prejudica a todos, mas principalmente as mulheres, que ganham salários 30% menores do que os homens;
- Fim do assédio moral, sexual e de todos os tipos de discriminação;
- Combater sem tréguas o tráfico de pessoas e as condições de trabalho análogas à escravidão;
- Fazer cumprir a Lei Maria da Penha;
- Campanha para tornar obrigatória a licença-maternidade de 180 dias no setor privado;
- Saúde e educação de qualidade para todos(as);
- Correção permanente da tabela de Imposto de Renda;
- Desenvolvimento da cidadania e valorização do trabalho como fator de integração social;
- Diálogo social para exercer plenamente a democracia.

ção dos homens na construção da Central.

Auxiliadora explicou que, no I Congresso da Força, em 1991, apenas nove mulheres ocupavam cargos na direção executiva. Já no 6º Congresso, em 2009, as mulheres conquistaram 91 cargos. Houve um crescimento significativo. Em comparação ao número de homens dirigentes, o crescimento das mulheres dirigentes foi de apenas 2%.

DOMÉSTICAS

Políticos tramam para acabar com direitos

Assim que a Presidência sancionou a lei das domésticas, a sociedade saudou o ato como o fim de uma história de discriminação e descaso dos políticos para com o trabalhador doméstico. Porém, em menos de dois meses, o Senado já trama para acabar com algumas garantias que constam da lei.

Por meio da proposta de regulamentação da atividade, que vai à votação no Senado, a multa de 40% do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) vai acabar. Além disso, o senador Romero Jucá quer reduzir a contribuição patronal ao INSS, que vai sobre-carregar as contas da Previdência.

Limitação a um salário mínimo do seguro-desemprego, pelo prazo máximo de três meses; e as recontrações serão permitidas num prazo de dois anos, para evitar demissões apenas para requerer a indenização.

Segundo o presidente da Força Sindical e deputado federal (PDT-SP), Paulo Pereira da Silva, o Paulinho, a entidade vai cerrar fileiras para que as domésticas mantenham os mesmos direitos dos empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). "Não podemos admitir a existência de duas classes de trabalhadores, uma com menos direitos do que a outra", afirmou Paulinho.



JOSÉ IBRAHIN

☆ Osasco, 3 de setembro de 1947

† São Paulo, 2 de maio de 2013

sindicalista, político, coerente e revolucionário como poucos

José Ibrahin viveu ativamente uma época de muita efervescência política. Ele começou a trabalhar na Cobrasma (Companhia Brasileira de Materiais Ferroviários), em Osasco, em 1961, com 14 anos, que era a idade que se podia trabalhar.

Sua sólida formação política baseou-se na influência de professores “de esquerda” de um bom curso colegial, no Ginásio Estadual de Presidente Altino (GEPA), e na proximidade com dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, que frequentavam o “boteco” de seu pai, em 1963.

Ibrahin circulava entre os grupos políticos de esquerda de Osasco, como o Partido Comunista, o antigo PTB e correntes da Igreja Católica Progressista. Quando ocorreu o golpe militar, em 1964, ele já era sócio do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco. O Sindicato, que surgira como uma instituição com forte perfil político e combativo, fora uma das primeiras instituições a sofrer intervenção e prisão das lideranças.

Foi aí que Ibrahin percebeu que precisava, com o seu pessoal, o chamado “Grupo de Esquerda de Osasco”, reagir. E, com o Sindicato “vigiado”, a reação teria de partir do interior das fábricas. Em 1967 diversas comissões de fábrica já estavam organizadas e atuantes em Osasco. A da Cobrasma, da qual Ibrahin era o presidente, era a maior delas. Mas havia também comissões fortes nas fábricas Braseixos e Lonaflex.

Depois, ele e seu grupo conquistaram a direção do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, então dirigido por Henos Amorina, um sindicalista conservador e submisso às leis dos militares. Ibrahin sempre manteve respeito por Amorina, especialmente quando seu adversário retirou sua candidatura para a Presidência do Sindicato, no segundo escrutínio das eleições de 1967. A chapa verde, encabeçada por Ibrahin, composta pelo pessoal da Frente Nacional do Trabalho, venceu no primeiro turno, porém não alcançou o quórum por uma diferença de 60 votos. Para evitar um segundo escrutínio custoso e desgastante para todos, Amorina retirou sua chapa, elegendo Ibrahin para a Presidência do Sindicato.

No ano em que seu grupo retomara a direção do Sindicato, organizações contra a ditadura começavam a despontar no cenário nacional, e isso viabilizou a criação do Movimento In-

por: **Carolina Maria Ruy***

tersindical Anti-Arocho (MIA), movimento que reuniu os maiores sindicatos a fim de realizar ações de protesto.

Com isto, os olhos da ditadura se voltaram contra Ibrahin. E ele, que àquela altura já havia percebido que seria cassado de qualquer jeito, insistiu para que sua diretoria e sua base transformassem em realidade uma ideia que ele cultivava desde a época em que presidia a comissão de fábrica da Cobrasma: fazer a greve.

Era a época do arrocho salarial, do desemprego e das perseguições políticas. O confronto seria mesmo inevitável. A paralisação foi deflagrada em 16 de junho, em Osasco. O governo contatou os sindicalistas e a negociação parecia fluir. Mas, quando anoiteceu a polícia cercou o Sindicato e invadiu a empresa. Houve confronto, gente ferida dos dois lados.

Cassado e perseguido, Ibrahin passara para a clandestinidade e instalou-se num aparelho montado por companheiros da VPR (Vanguarda Popular Revolucionária). Mesmo na clandestinidade, ele voltou diversas vezes ao Sindicato

de Osasco para garantir que a luta continuasse. Até ser preso pelo DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna), em 1969.

Preso em São Paulo, ele e mais 14 presos políticos foram para o exílio em troca da libertação do embaixador americano Charles Elbrick, sequestrado por membros da Dissidência Comunista da Guanabara. Retornou ao Brasil em 1979, por causa da Anistia daquele ano. O dirigente metalúrgico participou da fundação do Partido dos Trabalhadores, em 1980, e da Central Única dos Trabalhadores, em 1983.

Em 1991, Ibrahin foi um dos principais articuladores da criação da Força Sindical, Central que ele já vislumbrava como uma instituição que viria para renovar o sindicalismo brasileiro. Ele foi o primeiro secretário de Relações Internacionais da Central. Nos últimos anos trabalhou na União Geral dos Trabalhadores (UGT). Ele faleceu na madrugada do dia 1º para o dia 2 de maio de 2013, aos 66 anos. Sindicalista, político, coerente e revolucionário como poucos. Deixará saudades!

***Carolina Maria Ruy** é jornalista, coordenadora de projetos do Centro de Cultura e Memória Sindical



Da esquerda para a direita, em pé: **Luís Travassos, José Dirceu, JOSÉ IBRAHIN, Onofre Pinto, Ricardo Vilas Boas, Maria Augusta Carneiro Ribeiro, Ricardo Zarattini e Rolando Frati.** Agachados: **João Leonardo da Silva Rocha, Agonalto Pacheco, Vladimir Palmeira, Ivans Marchetti e Flávio Tavares.** A foto foi tirada no Rio de Janeiro, pouco antes de eles embarcarem no avião Hércules 56 que os levou para o México. **Gregório Bezerra** juntou-se ao grupo em Recife e **Mário Zanconato** em Belém